

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:
As Diretorias das empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentam aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Balancos Patrimoniais Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
A T I V O			
Circulante		55.242.969	42.792.747
Disponibilidades	4	604.506	464.816
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	14.180.673	6.397.938
Aplicações em operações compromissadas		12.595.273	3.463.269
Aplicações em depósitos interfinanceiros		989.514	1.333.239
Aplicações em moedas estrangeiras		595.886	1.601.430
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	12.955.719	10.868.169
Carteira própria		6.604.013	4.016.926
Vinculados a operações compromissadas		1.916.050	2.333.375
Instrumentos financeiros derivativos		2.367.718	1.091.821
Vinculados à prestação de garantias		2.067.938	3.426.047
Relações interfinanceiras	2.648.500	3.440.862	
Pagamentos e recebimentos a liquidar		270.670	491.808
Créditos vinculados:			
Depósitos no Banco Central		2.375.699	2.946.003
Correspondentes no País		2.131	3.051
Relações interdependências	153	63	63
Transferências internas de recursos		153	63
Operações de crédito	8	7.555.164	7.749.488
Operações de crédito - Setor privado		8.060.380	8.047.010
Operações de crédito - Setor público		6.830	220.557
Operações de crédito vinculadas à cessão		6.063	8.926
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(518.109)	(527.005)
Operações de arrendamento mercantil	105.727	187.412	
Operações de arrendamento a receber - Setor privado		108.603	192.230
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(2.876)	(4.818)
Outros créditos	17.171.909	13.658.664	
Créditos por avais e fianças honrados		2.131	10.402
Carteira de câmbio	9	12.226.671	9.102.995
Rendas a receber		74.079	67.245
Negociação e intermediação de valores		501.498	429.614
Créditos tributários	11	321.849	328.179
Diversos	12	4.353.813	3.875.981
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(286.001)	(155.752)
Outros valores e bens	20.618	25.335	
Outros valores e bens		2.629	1.461
Despesas antecipadas	13	17.989	23.874
Não circulante	15.426.268	10.562.291	
Realizável a longo prazo	14.544.573	9.803.600	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	7.807	50.094
Aplicações em operações compromissadas		-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		7.807	50.094
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	8.059.144	4.867.690
Carteira própria		1.184.215	733.835
Vinculados a operações compromissadas		601.279	987.080
Instrumentos financeiros derivativos		1.945.662	1.580.280
Vinculados à prestação de garantias		4.327.988	1.566.495
Operações de crédito	8	3.847.584	3.162.300
Operações de crédito - Setor privado		4.171.974	3.423.097
Operações de crédito vinculadas à cessão		623	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(325.013)	(260.797)
Operações de arrendamento mercantil	8	101.076	36
Operações de arrendamento a receber - Setor privado		103.312	36
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(2.236)	(36)
Outros créditos	2.528.962	1.723.516	
Créditos por avais e fianças honrados		151.332	-
Carteira de câmbio	9	57.580	258.590
Rendas a receber		717	-
Créditos tributários	11	1.314.466	698.467
Diversos	12	1.014.000	772.643
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(9.133)	(6.184)
Permanente	881.855	758.691	
Investimentos	14	288.067	196.493
Participações em coligadas e controladas		276.811	186.067
Outros investimentos		11.256	10.426
Imobilizado de uso	15	249.439	268.984
Imóveis de uso		176.439	184.269
Imobilizações em curso		16.953	65.080
Sistemas de processamento de dados		162.468	147.003
Outras imobilizações de uso		433.515	378.799
Depreciações acumuladas		(539.936)	(506.167)
Intangível	16	344.189	292.831
Ativos intangíveis		653.239	587.735
Amortizações acumuladas		(309.050)	(294.904)
Total do ativo	70.669.237	53.354.655	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2015	2014
P A S S I V O			
Circulante		48.014.971	37.126.873
Depósitos	17	9.951.897	9.120.519
Depósitos à vista		5.625.268	5.268.464
Depósitos de poupança		1.172.938	1.229.687
Depósitos interfinanceiros		133.308	19.646
Depósitos a prazo		3.020.383	2.527.521
Outros depósitos		-	75.201
Captações no mercado aberto	18	5.283.423	4.080.883
Carteira própria		1.949.539	3.272.949
Carteira de terceiros		2.236.392	466.414
Carteira de livre movimentação		1.097.492	341.520
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.314.326	1.517.573	
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.133.743	1.413.737
Certificados de operações estruturadas		180.583	103.836
Relações interfinanceiras	256.530	273.775	
Recebimentos e pagamentos a liquidar		256.530	273.775
Relações interdependências	1.250.757	1.056.658	
Recursos em trânsito de terceiros		1.250.757	1.056.658
Obrigações por empréstimos	19.a	1.747.548	2.014.899
Empréstimos no exterior		1.747.548	2.014.899
Obrigações por repasses do País	19.b	73.910	18.688
Instituições oficiais			
BNDES		67.554	11.695
FINAME		6.356	6.993
Obrigações por repasses do exterior	19.b	3.276.004	1.441.015
Repasses do exterior		3.276.004	1.441.015
Instrumentos financeiros derivativos	7	3.667.902	932.317
Instrumentos financeiros derivativos		3.667.902	932.317
Outras obrigações	21.192.675	16.659.115	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		173.256	226.636
Carteira de câmbio	9	11.042.328	7.767.782
Sociais e estatutárias		289.808	26.601
Fiscais e previdenciárias	20	382.598	415.118
Negociação e intermediação de valores	10	4.944.901	3.883.727
Diversas	21	4.359.784	4.339.251
Não circulante	15.628.856	9.150.190	
Depósitos	17	4.276.642	4.593.116
Depósitos a prazo		4.276.642	4.593.116
Captações no mercado aberto	18	4.954.935	1.652.486
Carteira própria		572.905	47.777
Carteira livre movimentação		4.382.030	1.604.709
Recursos de aceites e emissão de títulos	778.732	-	
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		674.757	-
Certificados de operações estruturadas		103.975	-
Obrigações por empréstimos	19.a	17	-
Empréstimos no exterior		17	-
Obrigações por repasses do País	19.b	122.877	150.973
Instituições oficiais			
BNDES		95.851	104.213
FINAME		27.026	46.760
Obrigações por repasses do exterior	19.b	1.094.240	703.863
Repasses do exterior		1.094.240	703.863
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.983.085	1.118.797
Instrumentos financeiros derivativos		2.983.085	1.118.797
Outras obrigações	9	1.390.750	908.646
Carteira de câmbio		64.935	250.006
Sociais e estatutárias		19.955	-
Fiscais e previdenciárias	20	110.215	104.320
Diversas	21	1.195.645	554.320
Resultados de exercícios futuros	27.578	22.309	
Resultados de exercícios futuros		27.578	22.309
Patrimônio líquido	7.025.409	7.089.023	
Capital social - De domicílios no exterior		3.905.701	3.905.701
Reserva de capital		249	249
Reserva de lucros		2.912.428	3.241.483
Ajustes de avaliação patrimonial		(138.070)	(148.284)
(Prejuízos) acumulados		345.101	89.874
Total do passivo	70.669.237	53.354.655	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receitas da intermediação financeira		3.761.923	2.009.658
Operações de crédito	8.g	1.289.530	941.385
Operações de arrendamento mercantil		62.730	51.820
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.615.310	824.904
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	489.674	183.378
Resultado de operações de câmbio		283.203	(19.583)
Resultado de aplicações compulsórias		21.091	27.279
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		385	475
Despesas da intermediação financeira	(2.187.994)	(1.275.223)	
Operações de captação no mercado		(1.115.820)	(808.845)
Operações de empréstimos e repasses		(756.105)	(72.307)
Operações de arrendamento mercantil		(49.444)	(41.616)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(13.505)	(2.917)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f	(253.120)	(349.538)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.573.929	734.435	
Outras receitas/(despesas) operacionais	(980.699)	(531.396)	
Receitas de prestação de serviços	25	402.737	418.728
Receitas de tarifas bancárias	25	139.449	133.971
Despesas de pessoal		(638.818)	(609.596)
Outras despesas administrativas	26	(637.912)	(534.824)
Despesas tributárias		(175.599)	(132.598)
Resultado de participações em coligadas e controladas	14	22.792	19.003
Outras receitas operacionais	27	329.244	444.386
Outras despesas operacionais	27	(422.592)	(270.466)
Resultado operacional	593.230	203.039	
Resultado não operacional	32.d	19.445	(6.983)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	612.675	196.056	
Provisão para imposto de renda e contribuição social	28	(213.005)	(58.996)
Provisão para imposto de renda		(158.644)	(77.259)
Provisão para contribuição social		(94.402)	(44.406)
Ativo fiscal diferido		40.041	62.669
Participações no lucro - Empregados	(36.183)	(29.649)	
Lucro líquido	363.487	107.411	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Atividades operacionais			
Lucro líquido		363.487	107.411
Ajustes ao lucro líquido		245.044	317.450
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f	253.120	349.538
Resultado de participações em coligadas e controladas	11.f	(22.792)	(19.003)
Amortização e depreciação	26	54.575	49.584
Imposto diferido		(40.041)	(62.669)
Variações em ativos e passivos	(3.364.195)	(3.223.743)	
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez (Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(2.474.029)	2.186.233
Redução(aumento) em relações interfinanceiras (Aumento) em relações interdependências		205.726	(840.470)
(Aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (Aumento) em outros créditos		(1.055.878)	(1.295.480)
(Aumento) em outros valores e bens (Redução) em depósitos		(4.401.159)	(1.914.555)
(Aumento) em depósitos (Aumento)/(redução) em captações no mercado aberto		(60.305)	(1.157.849)
Aumento em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		119.777	350.646
Aumento em relações interfinanceiras		256.530	273.672
Aumento em relações interdependências		148.055	159.161
Aumento/(redução) em instrumentos financeiros derivativos (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		2.449.634	(1.470.775)
(Aumento) em outras obrigações (Redução) em resultado de exercícios futuros		(1.336.147)	(341.251)
(Aumento) em outras obrigações (Redução) em resultado de exercícios futuros		4.406.998	1.919.428
(Redução) em resultado de exercícios futuros		(6.209)	(17.786)
Caixa líquido (aplicado) em atividades operacionais	(2.755.664)	(2.798.882)	
Atividades de investimento			
Aquisição de investimento		(239)	(331)
Aquisição de imobilizado			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

ii. Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

Conforme descrito na nota 2, o imobilizado de arrendamento foi reclassificado para a rubrica de "Operações de arrendamento mercantil". O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento incluí o ajuste referente à superveniência ou insuficiência de depreciação descrita na nota 3i.

iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008; e
 - Aquisição do direito de exploração de folha de pagamento, amortizados pelo prazo contratual.
- n) Redução do valor recuperável de ativos (*impairment*)**
O Conselho Monetário Nacional – CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:
- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
 - Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

o) Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

Conforme Carta-Circular nº 3.105 do Banco Central do Brasil os saldos credores apresentados por contas de resultado de natureza devedora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre obrigações por repasses no exterior, são reclassificados para a rubrica "Outras receitas operacionais".

p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional – CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Zanros), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações – Diversas".

ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

q) Política de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Introduzido pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, o Conglomerado adotou o Regime Transitório Tributário – RTT, para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/2014, que converteu a Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, revogando o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941/2009.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014, entretanto, em nossa avaliação, não produziu efeitos nas Demonstrações Financeiras.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/2015, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras, de 15% para 20%.

A MP entra em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e sua vigência é limitada a um prazo de 60 dias, prorrogável por apenas uma vez por mais 60 dias e necessita ser convertida em lei pelo Congresso Nacional para que possa produzir efeitos por um prazo indeterminado.

A conversão em lei não havia ocorrido até 30 de junho de 2015 e nem até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

Os efeitos desta MP não foram considerados como "substantivos de promulgação real", e desta forma não houve qualquer impacto decorrente dessa MP nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2015. A Administração do Conglomerado aguardará a conversão dessa MP em lei para apurar os reais impactos dessa alteração.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2005, do Conselho Monetário Nacional – CMN, que determinam que o Conglomerado deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e

ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

r) Plano de incentivos com base em ações

O Conglomerado participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

• **CAP (Capital Accumulation Program)** - que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement* - SPAPA) em que o Conglomerado efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição. As variações posteriores no valor justo de todos os prêmios não exercidos são revisadas anualmente, e quaisquer alterações de valor são reconhecidas no resultado do período.

• **Stock Option** - programa que o funcionário tem o direito de exercer a opção e receber em dinheiro a diferença entre o preço da ação no mercado e o preço da ação na data da concessão da opção.

O **Stock Option** é um programa com liquidação em caixa e o valor da obrigação é reconhecido durante o período de vigência da opção, pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

s) Benefícios a empregados

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, recepcionando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essa Resolução não trará impactos no Conglomerado em função de já adotarmos, pelas melhores práticas contábeis, a Instrução CVM nº 695/2012.

Os benefícios de curto prazo para os empregados atuais estão sendo reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador foram avaliados e estão registrados de acordo com o Pronunciamento.

4 | Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional	114.744	104.401
Disponibilidades em moedas estrangeiras	489.762	359.731
Aplicações temporárias em ouro	-	684
Aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	1.226.037	661.291
Aplicações em depósitos interfinanceiros	112.208	928.745
Aplicações em moedas estrangeiras	595.886	1.601.430
Total	2.538.637	3.656.282

5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2015		2014	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações em operações compromissadas	11.175.105	1.420.168	-	12.595.273
Posição bancada	4.221.825	634.387	-	4.856.212
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.999	-	-	9.999
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.343.611	277.493	-	2.621.104
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.868.215	356.894	-	2.225.109
Posição financiada	2.236.391	-	-	2.236.391
Letras do Tesouro Nacional - LTN	31.198	-	-	31.198
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.205.193	-	-	2.205.193
Posição vendida	4.716.889	785.781	-	5.502.670
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.436.842	378.290	-	2.815.132
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.280.047	407.491	-	2.687.538
Aplicações em depósitos interfinanceiros	548.955	440.559	7.807	997.321
Certificados de depósitos interfinanceiros	548.955	440.559	7.807	997.321
Outras aplicações	595.886	-	-	595.886
Aplicações em moedas estrangeiras	595.886	-	-	595.886
Total	12.319.946	1.860.727	7.807	14.188.480

6 | Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2015		2014	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação	6.213.098	6.189.156	3.601.601	3.607.297
Carteira própria	6.213.098	6.189.156	3.601.601	3.607.297
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.036.852	3.036.948	1.985.304	1.985.480
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	22.549	22.556	18.034	18.377
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.024.338	3.018.907	1.504.438	1.507.142
Ações de companhias abertas	119.093	100.665	42.481	40.367
Ações recebidas por empréstimos	954	950	47.104	51.720
Cotas de fundos de índice de mercado	9.312	9.300	12.240	4.211
Vinculado a compromissos de recompra	1.598.324	1.599.009	1.486.663	1.489.895
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.590.428	1.591.703	1.201.056	1.202.227
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.896	7.306	285.607	287.668
Vinculado à prestação de garantias	1.513.524	1.511.598	736.870	738.002
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	305.545	305.470	272.039	273.161
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.207.979	1.206.128	464.831	464.841
Total	9.324.946	9.299.763	5.825.134	5.835.194

Títulos para negociação

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Carteira própria	110.745	112.797	2.075.733	827.088	872.864	2.189.929
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	2.075.733	384.796	463.622	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	22.556
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	442.292	409.242	2.167.373
Ações de companhias abertas	100.665	-	-	-	-	-
Ações recebidas por empréstimos	950	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de índice de mercado	9.310	-	-	-	-	-
Vinculado a compromissos de recompra	-	-	766.936	66.047	766.026	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	766.936	58.741	766.026	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	7.306	-	-
Vinculado à prestação de garantias	-	-	521.295	645.620	344.683	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	3.463	297.159	4.848	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	517.832	348.461	339.835	-
Total	110.745	112.797	3.363.964	1.538.755	1.983.573	2.189.929

b) Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2015		2014	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	1.627.835	1.599.072	1.166.336	1.143.462
Carteira própria	1.627.835	1.599.072	1.166.336	1.143.462
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.388	10.388	4.086	4.086
Letras do Tesouro Nacional - LTN	596.135	584.968	179.648	178.064
Notas do Tesouro Nacional - NTN	63.070	53.762	71.820	59.612
Debêntures	709.953	702.185	606.237	597.909
<i>Commercial paper</i>	81.835	81.895	70.291	70.261
Letras financeiras	25.010	24.430	106.015	105.291
Cotas de fundos de investimentos	141.444	141.444	128.239	128.239
Vinculado a compromissos de recompra	953.181	918.320	1.855.538	1.830.560
Letras do Tesouro Nacional - LTN	837.816	820.437	1.761.140	1.747.420
Notas do Tesouro Nacional - NTN	115.365	97.883	94.398	83.140
Vinculados à prestação de garantias	4.994.477	4.884.328	4.355.351	4.254.542
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	6.266	6.266
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.994.477	4.884.328	4.349.085	4.248.276
Total	7.575.493	7.401.720	7.377.225	7.228.564

Títulos disponíveis para venda

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Carteira própria	141.444	2.940	270.473	795.707	324.358	64.150
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	10.388
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	61.431	523.537	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	53.762
Debêntures	-	-	116.377	261.450	324.358	-
<i>Commercial Paper</i>	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	81.895	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos	141.444	-	-	-	-	-
Vinculado a compromissos de recompra	-	-	317.041	503.396	-	97.883
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	317.041	503.396	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	97.883
Vinculados à prestação de garantias	-	-	556.340	4.327.988	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	556.340	4.327.988	-	-
Total	141.444	2.940	1.143.854	5.627.091	324.358	162.033

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

8 | Carteira de crédito

a) Composição da carteira de crédito por produto

	2015	2014
Operações de crédito	12.245.870	11.699.590
Empréstimos e títulos descontados	6.244.252	6.410.540
Financiamentos	3.570.941	3.231.805
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.400.812	1.360.176
Financiamentos imobiliários	980.858	669.997
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	42.321	18.146
Operações de crédito vinculadas a cessão (1)	6.686	8.926
Operações de arrendamento mercantil	211.915	192.266
Outros créditos	5.036.666	4.543.031
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 9)	1.130.888	1.458.865
Títulos e créditos a receber (2) (nota 12)	3.698.695	3.057.378
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9)	19.547	16.386
Créditos por avais e fianças honoradas	151.332	10.402
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	36.204	-
Total de operações de crédito	17.494.451	16.434.887
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (3)	(1.132.658)	(944.480)
Total de operações de crédito	16.361.793	15.490.407

(1) Refere-se à cessão de operações de crédito imobiliário realizada em 1º de março de 2012 junto a Brazilian Securities Companhia de Securitização S.A., no montante de R\$ 19.020. Tal operação foi realizada a valor presente dos contratos e com 100% de cobertura por parte do Banco. O saldo da cobertura assumida com a contraparte em 30 de junho de 2015 é de R\$ 7.030 (2014 - R\$ 9.164).

(2) Referem-se, basicamente, às operações com cartão de crédito a vencer, e que serão reclassificadas para a rubrica contábil "Operações de crédito" em caso de atraso e/ou pagamento inferior ao valor total em aberto.

(3) O saldo da provisão para outros créditos, no balanço patrimonial, contempla também a provisão para títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito no valor de R\$ 10.710 (2014 - R\$ 10.113).

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de risco	2015						Provisão	
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Outros serviços		
AA	1.020.276	3.339.631	70.680	100.601	36.457	1.097.367	5.665.012	-
A	645.996	2.575.671	57.105	2.826.055	87.614	574.332	6.766.773	(33.834)
B	453.103	401.592	556	1.147.736	16.573	68.982	2.088.542	(20.886)
C	211.737	352.999	15	131.229	28.614	158.572	883.166	(26.495)
D	55.450	142.828	6	682.144	7.563	33.133	921.124	(92.112)
E	13.788	5.554	-	116.802	-	502	136.646	(40.994)
F	14.697	20.108	-	106.481	-	668	141.954	(70.977)
G	498	12.323	2.052	76.489	-	32.117	123.479	(86.435)
H	48.073	94.205	267.747	321.711	-	29.189	760.925	(760.925)
Total	2.463.618	6.944.911	398.161	5.509.248	176.821	1.994.862	17.487.621	(1.132.658)

Nível de risco

Nível de risco	Setor público federal - Governo		Provisão
	Governo adm. direta	Total	
AA	6.830	6.830	-
Total	6.830	6.830	-

Total geral

Total geral	17.494.451	(1.132.658)
--------------------	-------------------	--------------------

Nível de risco

Nível de risco	2014						Provisão	
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Outros serviços		
AA	848.095	3.773.703	205.625	31.241	49.978	1.052.961	5.961.603	-
A	836.475	2.058.732	27.180	2.454.247	65.553	209.084	5.651.271	(28.256)
B	313.117	225.370	9.646	1.138.679	8.123	32.964	1.727.989	(17.280)
C	169.458	346.139	11.928	146.209	6.516	167.407	847.657	(25.430)
D	42.323	136.078	928	654.899	1.568	224.604	1.060.400	(106.040)
E	31.986	7.483	110	113.535	-	732	153.846	(46.154)
F	8.900	2.117	175	97.785	-	2.942	111.319	(35.659)
G	5.972	18.151	98	84.874	-	6.184	115.279	(80.695)
H	79.334	86.425	108	376.357	-	42.742	584.966	(584.966)
Total	2.335.660	6.654.198	255.798	5.097.916	131.738	1.739.020	16.214.330	(944.480)

Nível de Risco

Nível de Risco	Setor público federal - Governo		Provisão
	Governo adm. direta	Total	
AA	220.557	220.557	-
Total	220.557	220.557	-

Total geral

Total geral	16.434.887	(944.480)
--------------------	-------------------	------------------

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	5.671.842	-	5.671.842	32,42	-	-	-	-
A	6.766.773	-	6.766.773	39,68	0,50	(33.834)	-	(33.834)
B	2.081.697	6.845	2.088.542	11,94	1,00	(20.818)	(68)	(20.886)
C	862.026	21.140	883.166	5,05	3,00	(25.860)	(635)	(26.495)
D	903.076	18.048	921.124	5,27	10,00	(90.307)	(1.805)	(92.112)
E	116.629	20.017	136.646	0,78	30,00	(34.989)	(6.005)	(40.994)
F	55.971	85.983	141.954	0,81	50,00	(27.985)	(42.992)	(70.977)
G	74.286	49.193	123.479	0,70	70,00	(52.000)	(34.435)	(86.435)
H	233.536	527.389	760.925	4,35	100,00	(233.536)	(527.389)	(760.925)
Total	16.765.836	728.615	17.494.451	100,00		(519.329)	(613.329)	(1.132.658)

Nível de Risco

Nível de Risco	Setor público federal - Governo		Provisão
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	
AA	6.182.160	37,62	-
A	5.651.271	34,39	(28.256)
B	1.724.466	3,523	(17.280)
C	839.109	8,548	(25.430)
D	1.037.884	22,516	(106.040)
E	137.029	16,817	(46.154)
F	62.613	48,706	(70.977)
G	61.306	53,973	(80.695)
H	291.910	293,056	(584.966)
Total	15.987.748	447.139	(944.480)

Total geral

Total geral	16.434.887	(944.480)
--------------------	-------------------	------------------

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2015	2014
Vencidas há mais de 14 dias	728.615	447.139
A vencer até 90 dias	7.053.969	7.395.137
De 91 a 360 dias	6.008.758	5.068.349
Acima de 360 dias	3.703.109	3.524.262
Total	17.494.451	16.434.887

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2015	2014
10 maiores devedores	2.861.684	13,636
20 seguintes maiores devedores	2.457.280	14,05
50 seguintes maiores devedores	2.468.423	14,11
100 seguintes maiores devedores	1.857.212	10,61
Demais clientes	7.849.852	44,87
Total	17.494.451	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2015	2014
Crédito com características de concessão de crédito	(1.206.239)	(879.190)
Saldo inicial	(253.124)	(345.106)
Constituições líquidas de reversões	326.705	279.816
Créditos baixados para prejuízo	(1.132.658)	(944.480)
Saldo final	(1.132.658)	(944.480)

Crédito sem características de concessão de crédito

	2015	2014
Saldo inicial	(5.681)	(4.432)
Constituições líquidas de reversões	4	(4.432)
Saldo final	(10.710)	(10.710)
Saldo total	(1.143.368)	(954.593)

Recuperação de créditos baixados como prejuízo

Recuperação de créditos baixados como prejuízo	93.618	29.804
Renegociação de créditos	105.316	24.243

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2015	2014
Empréstimos	637.854	693.809
Títulos descontados	11.613	68.751
Financiamentos	129.392	49.188
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	93.618	29.804
Rendas de financiamentos à exportação	317.479	34.260
Rendas de financiamentos rurais	43.511	27.461
Rendas de financiamentos habitacionais	44.179	27.595
Rendas de adiantamentos a depositantes	3.724	6.570
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	6.869	3.940
Rendas de financiamentos em moedas estrangeiras	-	7
Outros	1.291	-
Total	1.289.530	941.385

h) Operações ativas vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921 de 17 de janeiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Operações ativas vinculadas	2015		2014	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Operações de crédito	967.498	19.411	267.619	7.873
Obrigações por operações ativas vinculadas	(967.498)	-	(267.619)	(8)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	19.411	-	7.865
Resultado líquido das operações vinculadas	-	-	-	-
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Operações ativas vinculadas	15.757	685.263	266.478	967.498
Total	15.757	685.263	266.478	967.498

9 | Carteira de câmbio

	2015	2014
Outros créditos	-	-
Câmbio comprado a liquidar	6.938.997	5.478.681
Direitos sobre venda de câmbio	5.382.097	3.721.321
Adiantamentos em moeda nacional recebidos (-)	(112.008)	(5.698)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 8.a)	17.547	16.386
Outros	38	14
Total	12.226.671	57.580

Outras obrigações

Câmbio vendido a liquidar	5.529.801	38.486
Obrigações por compra de câmbio	6.643.341	26.449
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8.a)	(1.130.888)	-
Outros	74	(1.458.865)
Total	11.042.328	64.935

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$ 41.239 (2014 - R\$ 60.899) estão registradas em conta de compensação.

10 | Negociação e intermediação de valores

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registros e liquidação	-	-	-	-
Comissões e corretagens a pagar	-	168.566	-	-
Devedores/credores por conta de liquidações pendentes (1)	465.493	3.974.618	107.791	3.112.485
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar (posição própria)	17.752	179.472	115.724	6.524
Credores por empréstimos de ações	-	560.237	-	762.257
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores	18.253	61.917	996	2.230
Total	501.498	4.944.901	429.614	3.883.727

(1) O saldo do passivo refere-se, basicamente, a valores em trânsito de investidores estrangeiros, para os quais o Conglomerado presta serviço de custódia de valores.

11 | Créditos tributários

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração do Conglomerado, constituiu créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2014 e 2013. A referida constituição respeitou a projeção de lucratividade do Conglomerado, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários.

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

- Fiscal - PIS e COFINS sobre despesas de corretagem - R\$ 11.018 (2014 - R\$ 10.365)** - Trata-se de processo onde se discute a dedução das despesas incorridas a título de prestação de serviços de corretagem para fins de apuração da base de cálculo do PIS e COFINS devidos a partir de 2003. Aguarda-se decisão de segunda instância.
- Fiscal - PIS EC/17/97 - Anterioridade - R\$ 535 (2014 - R\$ 518)** - Trata-se de Mandado de Segurança pleiteando o recolhimento do PIS do período compreendido entre julho de 1997 a fevereiro de 1998 com base na Lei Complementar nº 7/70. Aguarda-se decisão de segunda instância.
- Trabalhista - Seguro contra Acidente de Trabalho "SAT" - Adicional - R\$ 98.814 (2014 - R\$ 91.298)** - Trata-se de Ação Ordinária pleiteando que seja reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade das alterações perpetradas pelo Decreto nº 6.042/2007, onde foi majorada a alíquota do SAT de 1% para 3%. Aguardando decisão de primeira instância.
- Cível - Ação indenizatória - R\$ 93.484 (2014 - R\$ 133.149)** - Trata-se de processo onde se discute o reconhecimento do direito a correção monetária plena em razão da edição do Plano Verão, Lei nº 7.730/89. Acórdão de 2ª instância favorável à Entidade.

Contingências classificadas como risco de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 4.463.175 (2014 - R\$ 971.411) e civis no montante de R\$ 424.749 (2014 - R\$ 749.391), compostos basicamente pelos seguintes casos:

- CPMF em Operações de Clientes - R\$ 298.976 (2014 - R\$ 289.868)** - Auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas com clientes. Aguardando decisão judicial de primeira instância.
- Planos econômicos - R\$ 0 (2014 - R\$ 320.066)** - Tratava-se de processos em que o cliente alegava o ressarcimento de eventuais perdas em decorrência de expurgos inflacionários. O Superior Tribunal de Justiça julgou improcedente o processo foi encerrado.
- PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$ 130.489 (2014 - R\$ 122.075)** - Trata-se de processo em que se discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Aguarda-se decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais.
- Anistia Fiscal - Desmutualização - BM&FBovespa - R\$ 62.516 (2014 - R\$ 58.373)** - Trata-se de processos onde se discute o recolhimento do PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da BM&FBovespa e CETIP em ações. Aguardam-se decisões de segunda instância.

O Conglomerado optou por desistir de processos administrativos relacionados à IRPJ e de CSLL sobre Desmutualização da CETIP nos termos da Lei nº 13.043/2014, mediante pagamento à vista, em 29 de novembro de 2014 aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Para tanto houve constituição e utilização de provisão no montante de R\$ 196. Aguarda-se homologação da anistia que reduziu as contingências em R\$ 343.

- Ações indenizatórias - R\$ 2.376 (2014 - R\$ 87.384)** - Questionamento de negatização junto ao órgão de proteção ao crédito.
- Contribuições Previdenciárias sobre Participação nos Lucros - R\$ 188.595 (2014 - R\$ 27.513)** - Autos de infração cobrando contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros dos empregados pagos de acordo com a Convenção Coletiva. Aguardam-se decisões administrativas.
- ISS em operações de Leasing - R\$ 29.612 (2014 - R\$ 56.468)** - Trata-se de Autos de Infração lavrados para constituir créditos tributários de ISS sobre operações de arrendamento mercantil. Após posicionamento favorável do Superior Tribunal de Justiça, aguarda-se análise de recursos de municípios.
- Ações revisionais - R\$ 51.316 (2014 - R\$ 33.497)** - Questionamento de cláusulas estabelecidas em contrato.
- Ação popular - R\$ 53.354 (2014 - R\$ 0)** - Trata-se de processo onde se discute a revisão das cláusulas (juros, multa, capitalização) do contrato de Antecipação de Receita Orçamentária firmada entre Conglomerado e Estado de Minas Gerais. Os autos estão com o juiz para manifestação.
- ISS Corretagem - R\$ 4.237 (2013 - R\$ 3.964)** - Trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na BM&FBovespa. Aguarda-se julgamento de embargos à execução.
- IRPJ/CSLL Responsabilidade Solidária - R\$ 3.336.352 (2014 - R\$ 0)** - Trata-se de auto de infração cobrando IRPJ e CSLL de quotas de Fundo de Investimento em Participações administrado anteriormente pela Entidade. A Receita Federal incluiu a Entidade como responsável solidária no processo administrativo. Aguarda-se decisão de segunda instância.
- IRPJ/CSLL sobre correção monetária de depósitos judiciais - R\$ 631.181 (2014 - R\$ 311.084)** - Auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária ativa de depósitos judiciais. Aguardando decisão judicial de primeira instância.

b) Movimentação das contingências

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 30/06/2015
Cíveis	276.941	50.945	(91.210)	(9.839)	15.747	242.583
Trabalhistas	365.068	48.007	(1.011)	(36.887)	20.239	395.417
Fiscais	244.864	19.540	-	(18.522)	7.303	253.185
Total	886.873	118.492	(92.221)	(65.248)	43.289	891.185
	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 30/06/2014
Cíveis	254.737	25.499	(4.129)	(8.568)	12.815	280.354
Trabalhistas	296.481	68.985	(29.240)	(72.395)	14.814	278.645
Fiscais	234.828	9	-	(844)	6.330	240.323
Total	786.046	94.493	(33.369)	(81.807)	33.959	799.322

23 Pagamentos baseados em ações

Em 29 de outubro de 2009, o Conglomerado fez uma concessão discricionária única de opções para empregados elegíveis em conformidade com o Programa de Concessão Ampla de Opções a Empregados do Citigroup (CEO) no âmbito do Plano de Incentivos de Ações de 2009 do Citigroup, conforme aprovado pelos acionistas do Citigroup em 21 de abril de 2009. Em conformidade com o CEO, o direito sobre as opções geralmente é adquirido igualmente ao longo de três anos; o prazo da opção corresponde a 6 anos a contar da data da concessão e as ações adquiridas no exercício não estão sujeitas à restrição de venda.

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 30 de junho de 2011 a Resolução nº 3.989, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2012, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10, que estabelece critérios e condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseados em ações.

a) Premissas de valor justo

As premissas utilizadas para avaliação das opções concedidas pelo Citigroup, são baseadas em um modelo binomial de avaliação. A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade histórica em opções negociadas do Citigroup e efetuando ajustes nos pontos em que sejam conhecidos os fatores que podem afetar a volatilidade futura. A premissa sobre a expectativa anual de cancelamento de opções por perda do prazo de exercício toma por base a experiência histórica do Citigroup. Além disso, certas ações recebidas através de exercícios de opção, bem como outros tipos de opções concedidas, estão sujeitas a restrições de venda. Os descontos foram aplicados ao valor justo das opções concedidas de modo a refletir tais restrições de venda.

b) Programa de recompensa em ações

O Conglomerado participa do programa CAP do Citigroup, nas quais as ações ordinárias do Citigroup são concedidas sob a forma de ações restritas aos empregados participantes. Para o programa, durante o período de carência aplicável, as ações concedidas não podem ser vendidas ou transferidas pelo empregado participante, que está sujeito ao cancelamento do programa, caso seu contrato de trabalho seja rescindido. Após as concessões adquiridas, as ações tornam-se transferíveis e podem ser vendidas pelo empregado participante.

As recompensas em ações concedidas geralmente são adquiridas à razão de 25% ao ano, ao longo de quatro anos. A despesa associada a recompensas em ações é lançada contra resultado durante o período de aquisição, como se cada parcela de recompensa fosse uma recompensa em separado com sua própria data de aquisição. O programa prevê que os empregados que alcançaram uma determinada idade mais os anos de serviço requeridos (empregados elegíveis a aposentadoria) podem encerrar o vínculo empregatício e continuar com a programação de concessão de suas ações. Para esses participantes, o lançamento dessas recompensas como despesa contra resultado é acelerado com base na data em que as exigências de elegibilidade para a aposentadoria são atendidas.

Para determinadas recompensas com base em ações que sejam liquidadas de tal forma, o Conglomerado reconhece como passivo a sua obrigação perante o Citigroup nos termos do SPAPA. De acordo com o *Stock Plans Affiliate Participation Agreement* - SPAPA, o Conglomerado efetuará um pagamento para o Citigroup com base no preço das ações ordinárias do Citigroup na data de aquisição de cada recompensa concedida na forma de resultado. As mudanças no valor contábil de tal passivo durante o período são refletidas como ajuste no resultado do período.

O saldo da provisão em 30 de junho de 2015 totalizava R\$ 119.944 (2014 - R\$ 78.802).

24 Patrimônio líquido

a) Capital social
O capital social representa o investimento da matriz nas empresas que constituem o Conglomerado, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2015, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 18.386 (2014 - R\$ 5.371).

c) Reserva estatutária

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social do Conglomerado e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação do Conglomerado, estando limitada a 10% do seu capital social.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 não foram constituídas reserva estatutária.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 30 de junho de 2015 e 2014 não foram distribuídos dividendos, inclusive na forma de juros sobre capital próprio.

25 Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2015	2014
Rendas de administração e estruturação de fundos de investimento (1)	89.142	88.696
Rendas de cobrança, comissão de colocação de títulos	26.892	21.632
Rendas de serviços de custódia	39.870	34.391
Rendas de corretagens de operações em bolsas	30.116	29.056
Rendas de utilização de serviços (2)	82.779	73.511
Receitas com operações de cartões de crédito	42.208	36.561
Receitas com administração de clientes estrangeiros	8.040	6.733
Rendas de assessoria econômico-financeira	20.535	73.833
Rendas de garantias prestadas	32.244	31.851
Outros serviços	30.911	22.464
Total	402.737	418.728
Receitas de tarifas bancárias - Renda de anuidade de cartão de crédito	59.794	51.351
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	20.170	20.343
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa física	59.485	62.277
Total	139.449	133.971

(1) Trata-se de remuneração paga pelos administradores de fundos de investimentos externos, no qual o Banco e a Distribuidora prestam serviços referente à distribuição de cotas.

(2) Remuneração paga pelos estabelecimentos em contrapartida ao direito de integrar o sistema de pagamentos via cartão de crédito.

26 Outras despesas administrativas

	2015	2014
Despesas de aluguel	(31.770)	(32.855)
Despesas de comunicação	(29.105)	(37.212)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(16.168)	(17.435)
Despesas de promoções e relações públicas	(11.831)	(17.626)
Despesas de propaganda e publicidade	(14.531)	(19.568)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(44.040)	(41.895)
Despesas de serviços de terceiros	(222.057)	(144.753)
Despesas de serviços técnicos especializados	(41.069)	(48.217)
Despesas de processamento de dados	(110.379)	(57.279)
Despesas de viagens	(13.214)	(12.988)
Despesas de amortização e depreciação	(54.757)	(49.584)
Despesas de água, energia e gás	(6.386)	(4.875)
Despesas de material	(2.722)	(2.588)
Despesas de transporte	(2.713)	(2.518)
Despesas de serviços de segurança e vigilância	(18.156)	(17.171)
Outras despesas administrativas (1)	(19.014)	(28.190)
Total	(637.912)	(534.824)

(1) Inclui encargos, comissão paga à empresa ligada no exterior por indicação de clientes globais e registro com operações de Finame.

27 Outras receitas/(despesas) operacionais

	2015	2014
Receitas		
Receitas com operações de cartões de crédito (1)	59.956	48.751
Reversão de provisão para contingências	92.221	38.922
Receitas com operações de cessão de crédito	59.170	1.845
Variação cambial - Obrigações por empréstimos e repasses (3)	25.227	190.249
Variação cambial - Ordem de pagamento ME (3)	-	25.340
Atualização monetária de depósitos judiciais	23.538	17.326
Recuperação de encargos e despesas	9.425	6.350
Reversão de provisões operacionais	40	5.729
Atualizações e recuperação de impostos (4)	113	77.714
Receitas na remuneração com pagamento baseado em ações	18.014	2.778
Receitas com MTM de empréstimos de ações	47	131
Reversão de provisão para indenizações trabalhistas	22.810	7.146
Atualização de impostos a compensar	-	196
Outras receitas operacionais	18.683	21.909
Total	329.244	444.386
	2015	2014

Despesas
Atualização monetária de contingências (43.289) (1.067)
Despesas com operações de cartões de crédito (2) (157.070) (118.139)
Despesas com provisões operacionais (73.645) (360)
Despesas com provisões para contingências (98.967) (105.356)
Despesas com administração de recursos (11.137) (13.026)
Despesa com administração e estruturação de fundos de investimentos (41) (73)
MTM negativo de ações dadas por empréstimos (925) -
Outras (37.518) (32.445)
Total (422.592) (270.466)

(1) Refere-se, substancialmente às receitas de juros de mora e multa por inadimplência dos portadores de cartão de crédito.

(2) Refere-se, substancialmente às comissões pagas às bandeiras e aos parceiros oriundos de transações realizadas pelos portadores de cartão de crédito.

(3) Os saldos credores apresentados por contas de resultado de natureza devedora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre empréstimos e repasses e ordem de pagamento em moedas estrangeiras, foram reclassificados para esta rubrica.

(4) Refere-se a imposto sobre lucro líquido de R\$ 77.714, referente aos anos de 1989 a 1990 e 1990 a 1992, respectivamente, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

28 Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	Citibank N.A.	Citibank S.A.	Leasing	Distribuidora	Corretora	2015 Conglomerado
Outras obrigações - fiscais e previdenciárias	39.127	131.601	1.610	62.893	4.398	239.629
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	38.093	52.027	1.423	58.068	1.221	150.832
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	-	-	-	-	700	700
Impostos e contribuições a recolher	1.034	79.574	187	4.825	2.477	88.097
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(73.806)	(35.958)	(4.667)	(70.535)	(28.038)	(213.005)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(51.661)	(99.573)	(8.375)	(69.580)	(23.857)	(253.046)
Ativo fiscal diferido	(22.145)	63.615	3.708	(955)	(4.181)	40.041

	Citibank N.A.	Citibank S.A.	Leasing	Distribuidora	Corretora	2014 Conglomerado
Outras obrigações - fiscais e previdenciárias	34.967	156.517	21.096	63.853	2.682	279.115
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	32.806	65.072	19.686	57.104	-	174.668
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	940	18.170	-	771	-	19.881
Impostos e contribuições a recolher	1.221	73.275	1.410	5.978	2.682	84.566
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(46.043)	69.219	(17.296)	(60.256)	(4.620)	(58.996)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(32.806)	(12.084)	(19.686)	(57.103)	14	(121.665)
Ativo fiscal diferido	(13.237)	81.303	2.390	(3.153)	(4.634)	62.669

	Citibank N.A.	Citibank S.A.	Leasing	Distribuidora	Corretora	2014 Conglomerado
Outras obrigações - fiscais e previdenciárias	34.967	156.517	21.096	63.853	2.682	279.115
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	32.806	65.072	19.686	57.104	-	174.668
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	940	18.170	-	771	-	19.881
Impostos e contribuições a recolher	1.221	73.275	1.410	5.978	2.682	84.566
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(46.043)	69.219	(17.296)	(60.256)	(4.620)	(58.996)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(32.806)	(12.084)	(19.686)	(57.103)	14	(121.665)
Ativo fiscal diferido	(13.237)	81.303	2.390	(3.153)	(4.634)	62.669

	Citibank N.A.	Citibank S.A.	Leasing	Distribuidora	Corretora	2014 Conglomerado
Outras obrigações - fiscais e previdenciárias	34.967	156.517	21.096	63.853	2.682	279.115
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	32.806	65.072	19.686	57.104	-	174.668
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	940	18.170	-	771	-	19.881
Impostos e contribuições a recolher	1.221	73.275	1.410	5.978	2.682	84.566
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(46.043)	69.219	(17.296)	(60.256)	(4.620)	(58.996)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(32.806)	(12.084)	(19.686)	(57.103)	14	(121.665)
Ativo fiscal diferido	(13.237)	81.303	2.390	(3.153)	(4.634)	62.669

	Citibank N.A.	Citibank S.A.	Leasing	Distribuidora	Corretora	2014 Conglomerado
Outras obrigações - fiscais e previdenciárias	34.967	156.517	21.096	63.853	2.682	279.115
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	32.806	65.072	19.686	57.104	-	174.668
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	940	18.170	-	771	-	19.881
Impostos e contribuições a recolher						

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

38 | Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

A Diretoria

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e o relatório da auditoria externa;
- avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 06 vezes no período de 1º de janeiro de 2015 a 24 de agosto de 2015, onde desenvolveu as seguintes atividades:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e à Diretoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil (Conglomerado), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

O detalhamento da estrutura de gerenciamento de risco de crédito está disponível em nosso site www.citi.com.br, no caminho Institucional/Código de Conduta e Políticas/Relatório de Risco.

39 | Gerenciamento de risco de liquidez

Em atendimento à Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2013, o Conglomerado Financeiro Citibank Brasil revisou e adequou sua política de Risco de Liquidez.

A gestão do Risco de Liquidez no Conglomerado Financeiro Citibank Brasil é de responsabilidade de *Corporate Treasury*. A política de Risco de Liquidez é única para todo o Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias. Existe uma padronização de mensuração de risco de liquidez para que haja consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco. Os controles de liquidez são feitos em bases diárias e monitorados pela área de *Corporate Treasury* e Risco de Mercado.

Anualmente, o plano de liquidez é elaborado e suas diretrizes são monitoradas ao longo do período e reportadas diariamente. O Risco de Liquidez é monitorado através do cálculo de vários índices e limites estabelecidos na Política de Risco de Liquidez do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil. Como parte do plano anual, os limites de liquidez, índices de liquidez e premissas de cenários de stress são revisados e aprovados pelo Comitê. Simulações de cenários de stress são feitas e revisadas pelo Comitê de Ativos e Passivos - ALCO. Os cenários de stress incluem mudanças significativas nas principais fontes de financiamento, ratings de crédito e uso contingente de financiamentos. O resultado desses testes de stress é uma série de alternativas que podem ser usadas caso um evento de liquidez venha a ocorrer.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site www.citi.com.br, no caminho: Institucional/Código de Conduta e Políticas/Relatório de Risco.

Alexandre Macedo Barbosa - CRC: 1SP191859/O-5

- Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
- Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções.
- Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.
- Em atendimento à Resolução nº 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional - CMN, e Circulares nº 3.501/10 e nº 3.503/10, do Banco Central do Brasil, o Comitê de Auditoria analisou:
 - Os relatórios quantitativos e qualitativos sobre a atuação da área de Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank;
 - Os relatórios do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere à observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria; e

(iii) Relatórios preparados pelos auditores internos e externos a respeito da adequação da estrutura de Ouvidoria.

Constatou que a estrutura de Ouvidoria está compatível com a natureza e complexidade dos seus produtos e serviços.

Em sessão realizada em 24 de agosto de 2015, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2015, (ii) dos assuntos de destaque do período, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

São Paulo, 24 de agosto de 2015.

Comitê de Auditoria

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Conglomerado para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Conglomerado. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 24 de agosto de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Jubran Pereira Pinto Coelho
Contador CRC 1MG077045/O-0 T SP